



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal A Tarde**

Publicada no dia 29 de julho de 2008

Jornalista: A escalada da violência na Bahia é flagrante e poucas soluções estruturais foram adotadas. Como o governo federal está encarando esse desafio?

Presidente: O governo federal acompanha com atenção o cenário da segurança pública na Bahia, um dos territórios inicialmente abrangidos pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Recentemente o estado recebeu do Pronasci mais de R\$ 90 milhões para investimentos em ações de prevenção e combate ao crime organizado, aproximando as polícias das comunidades e contando com a participação ativa dos moradores nos projetos. Além dessas ações, estamos levando para a Bahia programas como o Bolsa-Formação, que concederá complementação salarial de R\$ 400,00 a policiais que participarem de cursos de formação e qualificação. Esses cursos proporcionarão aos policiais uma formação em técnicas de segurança-cidadã, noções de direitos humanos e de utilização de tecnologias não letais, além de técnicas de investigação, sistema de comando de incidentes, perícia balística, DNA forense e medicina legal. A Bahia também já está selecionada para ser parte integrante do Batalhão Especial de Pronto Emprego (BEPE) da Força Nacional de Segurança Pública, que formará policiais com as melhores tropas do mundo e os devolverá ao estado de origem após um ano de formação. Esses profissionais retornam do Bepe com todas as armas, viaturas e equipamentos de proteção utilizados durante a formação e se tornarão em seus estados multiplicadores dessa expertise adquirida.



Jornalista: O País vive momento histórico com operações da Polícia Federal que investigam crimes do colarinho branco, como o recente escândalo envolvendo o banqueiro Daniel Dantas. Qual é a sua avaliação sobre esse trabalho da PF?

Presidente: O trabalho extraordinário que a Polícia Federal vem desenvolvendo nos últimos anos no País é fruto da decisão de tratar as questões de investigação de forma republicana, sem interferências políticas, e do intenso processo de reaparelhamento e contratação de pessoal que fizemos. Eu já disse isso e repito, só há uma maneira de o cidadão não ser importunado pela PF, é ele atuar de forma idônea, especialmente no que se refere à administração dos recursos públicos. Quem não deve não tem o que temer. Para você ter uma idéia, a Polícia Federal realizou nos últimos seis anos 597 operações. Isso só foi possível graças à contratação de cerca de 3,5 mil novos policiais e de outros mil servidores para o setor administrativo, à modernização de sua frota de veículos e à aquisição de armamento moderno e de uma série de outros equipamentos técnicos. É importante dizer que investigar com independência requer responsabilidades na condução dos trabalhos por parte da Polícia Federal para que os inquéritos tenham consistência e os culpados sejam efetivamente punidos no final do processo.

Jornalista: O senhor acha que a reforma tributária, em discussão na Câmara, e a recriada Sudene vão conseguir promover o desenvolvimento do Nordeste num ambiente sem guerra fiscal?

Presidente: Estamos trabalhando fortemente para isso. É preciso compreender que a guerra fiscal fica sem eficácia quando é praticada por um grande número de entes federativos ao mesmo tempo. Cria-se uma situação de corrida ao fundo do poço, onde os estados certamente perdem com as



concessões de incentivos fiscais, tornando aquele mecanismo ineficiente na atração de investimentos pelas regiões mais pobres. A Política de Desenvolvimento Regional (PDR) projetada pela reforma tributária contempla elementos mais eficazes do que a guerra fiscal para lidar com os desequilíbrios industrial e de renda que existem no País. A PDR define critérios claros para a competição entre projetos, onde os melhores serão selecionados de acordo com diretrizes nacionais definidas de comum acordo entre governos federal, estadual, prefeituras, empreendedores privados e sociedade civil. Passamos a ter um foco mais bem definido de financiamento ao setor produtivo, com a destinação de recursos para investimentos estruturantes, incluindo aí a qualificação de mão de obra. Há outros efeitos da reforma tributária, como a simplificação do sistema tributário, a desoneração tributária e a correção das distorções dos tributos sobre bens e serviços, que virão a se somar à PDR para dinamizar toda a economia nacional, e terão certamente importantes repercussões no Nordeste. A Nova Sudene, enquanto órgão técnico e fórum político dos governadores da região, terá um papel fundamental na coordenação de todas essas ações, funcionando como uma espécie de órgão regulador da política de desenvolvimento do Nordeste. Esse redesenho institucional se dá no momento extraordinário em que estamos investindo até 2010 mais de R\$ 90 bilhões, por meio do PAC, em projetos de infra-estrutura na região. Na Bahia serão mais de R\$ 20 bilhões em projetos como a dragagem dos portos de Salvador e Aratu, a expansão do metrô de Salvador, os contornos ferroviários de Camaçari e São Félix, a hidrelétrica de Riacho Seco, o gasoduto Cacimbas (ES)– Catu (BA), os projetos hidroviários do Salitre e Baixo do Irecê, entre outros.

Jornalista: Os candidatos da base aliada de seu governo poderão contabilizar votos nessas eleições municipais em razão de elevados índices de popularidade do presidente da República?



Presidente: São as realizações do governo que estão por trás das avaliações positivas da nossa administração. O fato é que a atuação do governo tem mudado para melhor a vida das pessoas, criando oportunidades e gerando mais emprego e renda, acesso à educação, saúde, saneamento e à casa própria. Nada menos do que 9,7 milhões de brasileiros deixaram a pobreza absoluta nos últimos cinco anos. Outros 23,5 milhões passaram a viver num padrão de classe média, com renda entre R\$ 1.062,00 e R\$ 2.017,00. Desde 2003 foram criados 6,2 milhões de empregos com carteira assinada. O ProUni já colocou na universidade 385 mil jovens de baixa renda. As pessoas estão vendo as obras de saneamento e habitação em suas comunidades. São mais de 5 mil municípios beneficiados. Só em 2007, 1 milhão de famílias adquiriu casa própria. Os médicos do programa Saúde da Família chegam em suas casas com o atendimento básico que já cobre mais de 90 milhões de brasileiros. Então é natural que os candidatos e partidos que dão sustentação política a esse projeto de desenvolvimento e redução das desigualdades tenham, em alguma medida, o reconhecimento da população. Faz parte da democracia. Quem não pode fazer a distinção partidária é o Estado. O Estado tem que ter uma atuação republicana. É essa visão que explica o amplo alcance de todas essas políticas que desenvolvemos graças a parcerias com governadores e prefeitos de todas as colorações partidárias, sem qualquer tipo de discriminação. Afinal, as pessoas não podem ser penalizadas pelas disputas políticas.

Jornalista: O senhor condenou na Colômbia a atuação das Farc e pediu a libertação imediata dos reféns. Na sua avaliação, as Farc são um grupo terrorista?

Presidente: Primeiramente, eu gostaria de dizer que fiquei muito feliz com a



libertação de parte dos reféns mantidos pelas Farc. Acho que foi uma conquista extraordinária dos direitos humanos, da cidadania e eu espero que a liberdade de Ingrid Betancourt e de seus companheiros sirva de estímulo para que os demais reféns sejam libertados. Na semana passada, as Farc contataram a Cruz Vermelha e liberaram mais nove deles. Possivelmente o apelo da população nas ruas da Colômbia e do mundo começa a surtir efeito. O que eu acho fundamental é que todos compreendam que a forma mais fácil e mais legítima de chegar ao poder é disputando eleições. Eu mesmo perdi três antes de me tornar presidente da República. As comunidades indígenas chegaram ao poder na Bolívia, com o Evo Morales, por meio de eleições diretas. Não há mais espaço para se fazer disputas por meio da luta armada. O exercício da democracia é o elemento mais forte da civilização moderna. No caso específico da Colômbia, o Brasil está, como sempre esteve, à disposição para ajudar, mas cabe ao presidente Alvaro Uribe definir como podemos atuar em benefício da paz. É tendo por base esta política de não intromissão nos assuntos internos de um outro País que reafirmo que não cabe ao Brasil fazer qualquer classificação sobre as Farc. Aliás, nem mesmo as Organizações das Nações Unidas (ONU) o fez. Nossa posição é de dar o apoio necessário, quando solicitados, para o estabelecimento da paz em favor do povo e das instituições colombianas.

(\$31DHKL)